

A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL ATRAVÉS DA INVESTIGAÇÃO DAS ORIGENS DE NOSSOS EDUCANDOS: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

Cristiane Bartz de Ávila¹ - SMED
Crisbartz40@gmail.com.br

Eixo 4. 'Organização do trabalho pedagógico' nas escolas públicas na Educação Básica (projeto político pedagógico, gestão, currículo, avaliação, cultura, políticas de acesso e permanência)

Resumo: O presente artigo irá abordar uma reflexão de como o trabalho de educação patrimonial pode contribuir na escola de educação básica para a constituição da identidade de nossos educandos. Para tanto, serão discutidas questões sobre o patrimônio cultural, onde se propõe que deve ser suplantada a velha dicotomia entre patrimônio tangível e intangível, também serão tratadas questões de memória, esquecimento e silêncio e as tensões que permeiam essas discussões. Finalmente traremos exemplos de atividades pedagógicas desenvolvidas junto aos alunos com o objetivo de trabalhar sobre essas reflexões, num processo de transformação de nossa práxis.

Palavras-chave: educação patrimonial, patrimônio, educadores, educandos

Considerações iniciais

O interesse pelo estudo das memórias e pela questão de identidade dos diversos grupos étnicos que compõem a zona colonial no interior de Pelotas surgiu durante meu percurso profissional.

Ao iniciar na rede municipal de ensino de Pelotas como professora de história do ensino médio e logo após do ensino fundamental na zona urbana, em princípio trabalhei com os alunos somente em sala de aula e o conteúdo de história parecia distante da realidade dos mesmos. Cursei especialização em História da Educação na Faculdade de Educação pela Universidade Federal de Pelotas e durante esses estudos percebi que ao longo da história da educação brasileira o processo social político e econômico que se constituiu gerou um sistema educacional voltado para as elites e que no presente, mesmo após lutas de diversos setores da

¹ Professora de história da Rede Municipal de Pelotas. Especialista em História da Educação-UFPEL. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural- UFPEL- Crisbartz40@yahoo.com.br

sociedade a educação gratuita e de qualidade ainda é tão almejada. Como aborda Silva (2012) desde a educação jesuítica no Brasil Colônia até mesmo durante o populismo de Getúlio Vargas, a educação se constituiu pela necessidade de moldar cada ator social em seu respectivo lugar. Na tentativa de promover uma reflexão acerca de nossa realidade comecei estudar sobre educação patrimonial e conforme Horta (2001:04) esta é *"... o mais poderoso instrumento, ou veículo, (se quisermos enfatizar o caráter da comunicação museológica) para a ativação e o reforço da Memória Coletiva, através do processo educacional, permanente ou formal."* Essas ideias me auxiliaram a trabalhar em projetos extraclasses na tentativa de que a história se tornasse mais significativa aos alunos.

O primeiro desses projetos abordava a história de Pelotas através da arte. A principal fonte de pesquisa eram os prédios históricos, o que chamou a atenção dos alunos para a sua própria história. Entretanto, na maioria das vezes não havia referências sobre a mão-de-obra que os construíra e àqueles que viviam junto às famílias ilustres proprietárias dos casarões. O segundo projeto foi sobre a história do Rio Grande do Sul e os alunos tinham um grande interesse pela cultura rio-grandense, mais enfocada pelo tradicionalismo dos Centros de Tradição Gaúcha. Assim, os materiais que selecionávamos estavam relacionados aos indígenas, africanos, conflitos de ocupação territorial, com o objetivo de questionar junto a esses alunos o mito de relações cordiais em nosso território.

Ao ter contato com a zona colonial de Pelotas e sua comunidade escolar, tive a oportunidade de um trabalho mais próximo com a realidade dos alunos. Estudando a etnia francesa e suas contribuições naquela região, fizemos uma pesquisa que abordou vários aspectos etnográficos tendo por base informações locais, histórias de vida e do trabalho de Betemps (2003) que em sua dissertação de mestrado traçou a trajetória das famílias francesas até sua chegada à zona sul, especificamente no 7º distrito da zona colonial de Pelotas, onde fora fundada a Vila Francesa. Esse trabalho rendeu bons frutos, uma vez que conseguimos fazer uma exposição no aniversário da escola com o material pesquisado pelos alunos e nessa ocasião os mesmos atuaram como monitores explicando sobre sua pesquisa.

Motivada pelos resultados obtidos em relação ao trabalho de 2010, durante o ano de 2011 trabalhei com a etnia negra, e de início houve resistência por parte daqueles que associam a cultura afrodescendente somente às manifestações religiosas de matriz afro. Ao longo do trabalho com a motivação, as aulas expositivas, as pesquisas, os debates, as reflexões e as atividades pensadas e desenvolvidas em conjunto essa barreira foi se diluindo e

os alunos envolvidos começaram a despertar o interesse dos outros alunos. Os professores receosos de abordar o tema também se desarmaram, fundou-se na escola um NEABI² Rural com o objetivo de aprofundar e socializar os estudos sobre a cultura afrodescendente do qual esta pesquisadora faz parte. Entramos em um contato maior com a comunidade escolar, em especial com a comunidade Quilombola do Alto do Caixão que se sentia cada vez mais a vontade para opinar e participar das atividades que culminaram com a semana da Consciência Negra. Representantes quilombolas participaram de uma mesa de debates promovida durante o evento e expuseram o artesanato produzido pela comunidade.

Dessa maneira, motivada por essas questões, o presente artigo tem por objetivo questionar e debater o processo de constituição das memórias tanto a individual quanto a coletiva, bem como os conflitos de memória que permeiam este processo e quais são os impactos da constituição dessa memória para formação da identidade dessas pessoas. Além de investigar qual a influência que o estudo e o conhecimento do patrimônio cultural pode ter junto aos educandos neste processo afirmação identitária.

Referencial teórico

Como referencial teórico para as questões de memória individual e memória coletiva utilizaremos Halbwachs (1990) que em seu trabalho “A memória Coletiva”, nos traz considerações sobre este assunto, os quais podemos apontar algumas de suas ideias: “A memória individual só existe por mantermos contato com ideias de um grupo ou de lugares importantes para aquele grupo.” Cita que a família é o primeiro grupo o qual temos contato e que nos auxilia na construção de nossa memória. O autor trabalha também com o conceito de memória coletiva.

Assim, os fatos e as noções que temos mais facilidade em lembrar são do domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios. Essas lembranças estão pra “todo mundo” dentro desta medida, e é por podermos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los. (Halbwachs, 1990:49).

² NEABI Rural, núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas, este projeto é desenvolvido junto à escola com o aval da Secretaria Municipal de Educação e Desporto e apoio da direção da escola, onde está aberto à participação de todos, mas as educadoras responsáveis neste momento pelo núcleo são em número de três incluindo está pesquisadora. Também tem a denominação rural para diferenciá-lo do NEABI do Colégio Municipal Pelotense que está estabelecido no centro da cidade de Pelotas. Sendo que o NEABI Rural está situado em zona de remanescentes de quilombolas. Estes dois tem a peculiaridade de serem os únicos em âmbito municipal na cidade até o presente momento.

Ferreira, (2009), analisa o trabalho de Halbwachs, *La topographie légendaire des évangiles en Terre Sainte*(2008), e aponta outros elementos sobre a memória coletiva:

...a memória coletiva é essencialmente uma reconstrução do passado, se ela adapta a imagem dos fatos antigos às crenças e às necessidades espirituais do presente, o conhecimento do que era na origem é secundário ou mesmo inútil, pois a realidade do passado não está mais ali”. (Ferreira, 2009:1)

Ainda complementa na página seguinte: *”A memória coletiva seria a experiência cultural do tempo, a presença do passado no presente, respondendo a objetivos e necessidades desse momento atual.”*(Ferreira,2009:2)

Também podemos apontar Candau (2001), o qual foi mais além, trabalhando conceitos tais como: memória de baixo nível ou protomemória, memória de alto nível ou memória propriamente dita e a metamemória. Resumidamente pode-se dizer que a memória de baixo nível segundo o autor é a memória individual enquanto a metamemória é aquela a ser explicitada e necessita do reconhecimento de outros para se afirmar, ou seja, o autor aponta para campo da memória coletiva. Na referida obra, há referência sobre a memória coletiva e memória social. Estas são distintas, pois a primeira é *“un conjunto de recuerdos común a un grupo”* enquanto que a segunda é um *“conjunto de recuerdos reconocidos por un determinado grupo”*. (Candau, 2001:28)

Desta maneira, a memória coletiva é construída por um determinado número de pessoas e repetida para muitas pessoas. Assim, podemos chegar a outro pensamento: A questão dos Conflitos de memória. Conceitos os quais iremos abordar a partir de agora:

Os conflitos de memória estão atrelados às questões sócio-político-econômicas das quais em muitas vezes se torna de difícil percepção para a sociedade que está sofrendo sua influência naquele determinado momento. Pode-se analisar a causa deste fenômeno, tendo em vista os conceitos de memória coletiva e social citados acima. Se memória coletiva são as recordações comuns a um grupo, e a memória social é um conjunto de recordações reconhecidas por determinado grupo, pode-se inferir que os conflitos de memória ocorrem toda vez que determinado grupo constitui a memória de um fato.

Portelli in Ferreira (1996), traz a análise do caso ocorrido em Civitella Val di Chiana, uma cidadezinha nas proximidades de Arezzo, na Toscana. O autor relata que em retaliação ao assassinato de três soldados alemães por membros da Resistência em Civitella, foram mortas em dois povoados vizinhos 97 pessoas, incluindo mulheres e crianças.

Na página 105 o autor cita o trabalho de Continni (1994), apresentado na Conferência Internacional In Memory. For na European Memory of Nazi Crimes after the End Cold War, que serviu de base para o texto de Portelli:

Esses acontecimentos geraram o que Giovanni Continni muito bem descreveu como uma “memória dividida”. Continni identifica, por um lado, uma memória “oficial”, que comemora o massacre como um episódio da Resistência e compara as vítimas a mártires da liberdade; e, por outro lado, uma memória criada e preservada pelos sobreviventes, viúvas e filhos, focada quase exclusivamente no seu luto, nas perdas pessoais e coletivas. Essa memória não só nega qualquer ligação com a Resistência, como também culpa seus membros de causarem, com um ataque irresponsável, a retaliação alemã:” Hoje, toda a culpa recai sobre os alemães... Mas nós culpamos os membros da Resistência, porque, se não tivessem feito o que fizeram, aquilo não teria acontecido. Eles mataram em retaliação”(M.C.). (Portelli in Ferreira, 1996, p.105).

O autor utiliza-se de entrevistas para demonstrar esse conflito de memória, o qual, vai ora relatando a versão do moradores ora a versão oficial e ainda traz a tona a questão de que os moradores não se remetem ao ato dos alemães que mataram inocentes e sim que a culpa da Resistência que não devia tê-los enfrentado.

No decorrer do texto é abordada a ideia de que a memória não é um núcleo compacto e impenetrável, ela é dinâmica e vai mudando de acordo com a mudança de pensamentos da sociedade.

Na verdade, o luto, como a memória, não é um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e a linguagem, mas um processo moldado (“elaborado”) no tempo histórico. Por exemplo: assim como o depoimento dos membros da Resistência, o dos sobreviventes também se modifica com o tempo. No depoimento dado no inquérito britânico em 1945 e naqueles colhidos pelo escritor Romano Bilenchi em 1946, o tema da culpa dos membros da Resistência surge ocasional e indiretamente, mas não é o elemento estrutural dominante que passou a ser nas narrativas colhidas meio século mais tarde. Como escreve Continni, “o conflito com os membros da Resistência é menos um ponto de partida do que um ponto de chegada. O que prevalece claramente é o ressentimento contra os alemães: “e ali choramos juntos, pensando na tristeza que se nos abatera e amaldiçoando os alemães” (Ada Sestini, viúva Caldelli, RB:1055). Muitos narradores insistem na desumanidade e na crueldade dos alemães: “Eram 10 horas, as metralhadoras estavam praticamente caladas, mas escutávamos as vozes daquelas feras sedentas do sangue dos inocentes, cantando, rindo e tocando seus instrumentos”, terminado o massacre, os alemães suas roupas ainda manchadas com sangue de nossos mortos, enquanto o povoado ruía, comiam pão e queijo com ótimo apetite” (Rina Caldelli, Zaira Tiezzi, RB:256 e 280). Essas imagens praticamente desaparecem em depoimentos posteriores, dominados pelo ressentimento contra a Resistência; o próprio tom das narrativas passa dos detalhes materiais de 1946 para as colorações patéticas e clichês ocasionais de 1993/94. (Portelli in Ferreira, 1996, p.110).

O autor vem desenvolvendo ao longo do texto esse caráter mutável da memória, alegando que:

Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações, tanto os fatos quanto as representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem.

Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações. (Portelli, in Ferreira 1996, p.111).

Neste trabalho também é citado outro massacre em Vallucciole, local próximo à Civitella, o qual o tema central para os entrevistados é a responsabilidade dos nazistas e fascistas e não dos membros da Resistência. Desse modo pode-se depreender que a memória do grupo se constitui de acordo com o momento histórico e com os interesses envolvidos em determinado espaço de tempo. Ou seja, se num período o grupo apoia uma versão, e depois a mesma muda, é porque as vivências, as experiências e até mesmo podemos dizer que as conveniências se modificaram. Nesse momento o autor faz referência aos esquecimentos e silêncios dos grupos ou indivíduos, e que são melhores abordados nos trabalhos de Candau (2004) e Pollack (1989).

Candau (2004) nas páginas 72 e 73, aborda os conflitos de memória e as manipulações da memória, dizendo que o indivíduo nas sociedades modernas pertence a uma pluralidade de grupos, que fragmentados produzem conflitos invés de construir uma memória unificada. Podemos dialogar com casos citados por este autor. Um dos exemplos que podemos inferir é nos quinhentos anos do descobrimento da América, nos Estados Unidos, quando houve dois tipos de manifestações: Uma comemorava a epopeia fundacional e outra sobre o holocausto dos povos nativos. Bem como as permanentes tensões entre negros e brancos no que diz respeito à escravidão norte-americana.

Nessa questão, podemos dizer que os conflitos de memória podem geralmente estar representados nas diversas manifestações do patrimônio cultural das diferentes sociedades ao longo da história da humanidade. Neste sentido, apesar de fazer doze anos que foi publicado o decreto 3551/2000 referente à proteção do patrimônio cultural intangível através de seu registro em quatro livros específicos (Livro do Registro dos Saberes, Livro do Registro das Celebrações, Livro de Registro de Formas de Expressão, Livro de Registro dos Lugares), ainda temos uma grande tendência em valorizar e proteger os bens materiais que em geral, pois estes estão mais ligados à cultura eurocêntrica, sendo que estes últimos não são registrados e sim tombados. Podemos apontar algumas discussões acerca do patrimônio cultural à fim de desmistificar a ideia de que este esteja dividido em patrimônio imaterial e patrimônio material, pois estes estão interligados e acabam se complementando, numa relação complexa de ser analisada.

“O monumento trabalha e mobiliza a memória coletiva por meio da emoção e da afetividade fazendo vibrar um passado selecionado, com vistas a “preservar a identidade de uma comunidade étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar” (Sant’anna, APUD, Choay, p.4-15, IN Abreu & Chagas, 2009:49.).

Até o sec. XVIII, a seleção de monumentos históricos produzia-se, no mundo restrito dos antiquários e estetas, referindo-se basicamente às antiguidades greco-romanas. Na Revolução Francesa, essa concepção estende-se a edifícios do passado medieval mais recente e surge neste momento a relação do monumento com o conceito de Estado-nação, criando-se os museus e os inventários. Os franceses foram os pioneiros na criação de uma legislação de proteção ao patrimônio, CLASSEMENT, semelhante ao nosso tombamento, esta lei data de 31/12/1913

Assim, até a II Guerra Mundial, o mundo Ocidental, preocupou-se em selecionar, proteger, guardar, e conservar monumentos associados ao patrimônio material. Somente após esse período, é que países Asiáticos e do Terceiro Mundo começaram a trazer reflexões sobre a preservação de natureza imaterial, não tão importantes por sua materialidade mas por suas criações populares, expressões de conhecimentos, práticas, processos culturais, modo de relacionamento com o meio ambiente, etc.

No mundo oriental, por exemplo, o que importa não é o objeto em si, mas o conhecimento daqueles que sabem produzir o objeto, em 1950, o Japão instituiu a primeira legislação de preservação do patrimônio cultural, dando apoio a pessoas e grupos que mantêm as tradições cênicas, plásticas, ritualísticas e técnicas que compõem esse patrimônio.

Percebe-se, por fim, que retirar um objeto de seu contexto social de uso e produção, declará-lo patrimônio, conservá-lo como uma peça única e colocá-lo num museu não abrange todas as situações em que é possível reconhecer um valor cultural e preservá-lo. Não faz sentido, por exemplo, nos casos em que o que tem valor não é o objeto, inúmeras vezes rapidamente perecível ou consumível; importa saber produzi-lo. Não faz sentido, igualmente, nos casos em que nem mesmo há objetos, mas apenas palavras, sons, gestos e ideias.”(Sant’anna, IN Abreu & Chagas, 2009:53)

Os países de Terceiro Mundo reivindicaram em 1972, junto à UNESCO, um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural, e, em 1989 o órgão responde através da **RECOMENDAÇÃO SOBRE A SALVAGUARDA DA CULTURA TRADICIONAL E POPULAR**, que recomenda aos países membros a identificação, a salvaguarda, a conservação, a difusão e a proteção da cultura tradicional e popular por meio de registros, inventários, suporte econômico, **introdução de seu conhecimento no sistema**

educativo³, documentação e proteção à propriedade intelectual dos grupos detentores de conhecimentos tradicionais.

No Brasil, o precursor das ideias de patrimônio imaterial foi Mário de Andrade, pois já nos anos 30 quando esteve ligado ao SPHAN, elaborou um projeto em que falava das artes arqueológicas e ameríndia que compreendia não apenas, artefatos colecionáveis, mas também paisagens e folclore. Suas ideias naquela época não foram avante, mas o intelectual documentou ao longo de sua vida fotografias, gravações e filmes em suas viagens ao nordeste. Outro personagem que influenciou bastante e produziu vários trabalhos sobre o patrimônio cultural brasileiro foi Aloísio Magalhães quando trabalhou no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

Na Constituição de 1988, no artigo 216, já há referências ao patrimônio material e imaterial dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Quanto ao decreto 3551/2000:

“O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se pode “preservá-los”. Como processos culturais dinâmicos, as referidas manifestações implicam uma concepção de preservação diversa daquela da prática ocidental, não podendo ser fundada em seus conceitos de permanência e autenticidade. Os bens culturais de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação que não cabe nesses conceitos, sendo mais importante, nesses casos, registro e documentação do que intervenção, restauração e conservação.”(Sant’anna, IN Abreu & Chagas, 2009:55)

Dessa forma, o decreto 3551/2000, estabelece ações desenvolvidas com objetivo de implementar uma política pública de identificação, inventário e valorização desse patrimônio.

Temos também o INRC (inventário nacional de referencias culturais) que:

“...é um instrumento de pesquisa que busca dar conta dos processos de produção desses bens, dos valores neles investidos, de sua transmissão e reprodução, bem como de suas condições materiais de produção. Operando com o conceito de referencia cultural, o INRC supera a falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, tomando-os como faces de uma mesma moeda: a do patrimônio cultural.” (Sant’anna, IN Abreu & Chagas, 2009:56).

Os instrumentos de reconhecimento e valorização criados pelo governo brasileiro levam em conta a natureza dinâmica e processual dos bens, promovendo uma interação dos aspectos materiais e imateriais do patrimônio cultural brasileiro.

³ Grifos desta pesquisadora

Podemos apontar considerações de Fonseca (2009), onde a autora faz uma análise dos monumentos que representam elementos da elite que não dão conta de demonstrar as relações sociais de sua época, dando como exemplo a praça XV do Rio de Janeiro, e que somente em algumas obra como DEBRET E HILDEBRANDT, viajantes estrangeiros, que movidos pelo interesse de documentar o peculiar, e não estando atrelados aos interesses nacionais, é que demonstram na paisagem, junto aos monumentos, os “excluídos”.

Ainda cita nas paginas seguintes vários exemplos onde há o reconhecimento do que chamamos de monumentos de “pedra e cal” e não os de natureza intangível que fazem parte do mesmo contexto: Centro histórico de Goiás (tombado) e a procissão do Fogaréu (não registrada), Mercado Ver-o-Peso (tombado) com arquitetura portuguesa e os produtos indígenas que são vendidos no mercado (não registrado), Feira de Caruaru (não apresenta elemento arquitetônico que possa ser tombado, mas a feira não é incluída no livro de registros).

No Brasil, a trajetória de valorização e reconhecimento do patrimônio imaterial está vinculado além das figuras de Mário de Andrade e Aloísio Magalhaes, a universidades, institutos de pesquisa que tem por objetivos mapear, documentar e analisar às diferentes manifestações da cultura brasileira, e também órgãos estaduais e federais de cultura que se empenham em construir, via patrimônio, a “identidade cultural” das regiões em que estão situados.

A autora apresenta contradições de um registro do patrimônio cultural:

“Qual o objetivo do Estado ao criar um instrumento específico para preservar manifestações que não podem ser congeladas, sob o risco de, assim, interferir em seu processo espontâneo? Como evitar que esse registro venha constituir um instrumento de segunda classe, destinado a culturas materialmente “pobres”, porque a seus testemunhos não se reconhece o estatuto de monumento ? “
(Fonseca, IN Abreu & Chagas,2009:65).

Alternativa apontada é que se faz necessário identificar e documentar, promover e difundir ações que viabilizem a reapropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados.

“Todo signo (e não apenas os bens culturais) tem dimensão material (o canal físico de comunicação) e simbólica (o sentido, ou melhor, os sentidos), como duas faces de uma moeda. Cabe fazer a distinção, no caso dos bens culturais, entre aqueles que, uma vez produzidos, passam a apresentar relativo grau de autonomia em relação a

seu processo de produção, e aquelas manifestações que precisam ser constantemente atualizadas, por meio da mobilização de suportes físicos-corpo, instrumentos, indumentária e outros recursos de caráter material; o que depende da ação de sujeitos capazes de atuar segundo determinados códigos. A imaterialidade é relativa e, nesse sentido, talvez a expressão “patrimônio intangível” seja mais apropriada, pois remete ao transitório, fugaz, que não se materializa em produtos duráveis.” (Fonseca, IN Abreu & Chagas, 2009:68)

A autora cita a arte repentista como exemplo, pois embora seja preciso a materialidade, é a capacidade do improviso, a agilidade em responder aos versos anteriores é que faz com que essa arte se mantenha viva. O exemplo da pintura corporal dos índios brasileiros também é citado em virtude desta funcionar como sinais distintivos desta tradição. Assim, não basta tomar um bem, é preciso uma relação da sociedade com sua cultura, enfim, é preciso que o patrimônio em questão seja significativo para determinado grupo, pois somente dessa maneira ele será valorizado e preservado pelo mesmo, não importando se ele apresenta aparentemente só a materialidade ou a imaterialidade.

Diferentemente do patrimônio material que deve ser tombado, para dar continuidade às práticas ligadas ao patrimônio imaterial deve-se adotar medidas de apoio a seus produtores, para preservar as condições de produção, divulgação e formação de público.

Outra questão importante para países em desenvolvimento é a questão da preservação do patrimônio natural, que se torna cobiçado pelos países desenvolvidos em virtude que ao preservar os recursos naturais, se preservam os conhecimentos associados a eles, tais como: as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver...

Para essa reflexão, é importante salientar que a preservação do patrimônio natural é questão primordial a se trabalhada, uma vez que nossos alunos moradores e estudantes da zona colonial estão em contato direto com o meio ambiente, porém, muitas vezes eles não tem consciência da importância de sua atuação tanto numa esfera micro quanto macro em relação a ações preservacionistas.

O trabalho de educação patrimonial vem ao encontro dessa necessidade de conscientizar a comunidade escolar da importância do patrimônio cultural como um todo, como símbolo de um processo histórico-social-econômico-político relacionado ao seu presente como um processo dinâmico em que eles devem ter a oportunidade de conhecer, refletir, interagir e modificar sua realidade.

Para tanto, apontaremos algumas iniciativas pedagógicas que foram realizadas junto aos alunos e comunidade escolar a fim de chegar a esses objetivos. É preciso salientar que para que essas atividades fossem executadas e obtivessem êxito a professora-pesquisadora contou com o apoio da equipe diretiva da escola e a colaboração de colegas comprometidas com o processo de ensino-aprendizagem defendido pelo grupo. Nesse contexto podemos nos valer das palavras de Paulo Freire:

“...nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinando, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinando, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos.”(Freire, 1996:14)

Experiências pedagógicas em educação patrimonial

Dinâmica você conhece sua cidade?

Essa dinâmica tem por objetivo principal iniciar a discussão sobre a história de nossa cidade, partindo dos conhecimentos prévios dos alunos, para instigar sua curiosidade a respeito do assunto e após aprofundar o conhecimento destes sobre o mesmo.

Esse trabalho aconteceu de forma simples, mas que inesperadamente rendeu bons frutos em relação ao interesse dos alunos, uma vez que por serem oriundos da zona colonial, alguns deles não conheciam bem a zona urbana e por conseguinte o Centro Histórico de Pelotas.

Inicialmente, os alunos receberam uma folha numerada de 1 a 10 onde eles colocariam o nome do prédio que a professora estava mostrando através de imagens previamente selecionadas e salvas no computador.

Após foram repassadas as imagens e em conjunto os alunos respondiam e diziam o que sabiam sobre aquele local.

Finalmente, a professora trazia informações sobre a história de Pelotas e os prédios em questão.

Conhecendo sua localidade

Nessa atividade, pedimos que os alunos escolhessem locais dentro do 7º distrito de Pelotas que julgassem importantes e que fotografassem os mesmos, pesquisando junto aos conhecidos e familiares sobre a história do local e dizerem o porquê da escolha do mesmo.

Por se tratar de uma atividade de pesquisa fora da sala de aula, ficou livre a escolha dos locais, pois os alunos moram em diversas colônias do referido distrito, locais estes de difícil acesso e que precisam de transporte para chegar na escola, e portanto, não poderia ser feita uma dinâmica de escolha que engessasse os alunos a determinada localidade.

Como resultado, os alunos trouxeram fotos, a história do local e na grande maioria escolheram casas de parentes ou as suas próprias quando eles identificavam as mesmas como casas antigas. Logo após, eles fizeram maquetes ou cartazes sobre as mesmas. Podemos destacar como locais escolhidos, além das residências, a Fábrica de Doces Crochemore, a Antiga Escola, onde hoje funciona o Museu Etnográfico da Vila Nova organizado pela UFPEL, a própria Escola, o CTG, e o Obelisco Marco da Colonização Francesa, dentre outros.



Figura 1. Maquete da Casa de um aluno



Figura 2. Maquete da antiga escola.



Figura 3. Cartazes sobre elementos locais significativos para os alunos, como por exemplo uma lavoura de milho, a uva e o vinho e algumas edificações.

Resgatando nossas raízes

As atividades relacionadas abaixo, tinham como objetivo aprofundar as reflexões sobre o patrimônio cultural diretamente relacionado à família dos alunos.

A - Visita ao museu da Vila Nova

Através de uma parceria com o Curso de Museologia da UFPEL, alunas bolsistas do Curso e a professora responsável pelo projeto realizaram uma ação educativa no Museu com os alunos de ensino fundamental a partir da 4ª série da Escola em que trabalham. Os alunos visitaram o Museu, as futuras museólogas iam provocando a curiosidade dos alunos quanto ao reconhecimento dos objetos que eles estavam vendo, se estes eram semelhantes aos que eles tinham em suas residências ou nas residências de seus parentes e conhecidos, uma vez que o acervo do museu era constituído por objetos doados por moradores locais.

Em seguida foi feita uma conversa sobre a importância dos objetos antigos que as famílias tinham em seu poder, o porquê de preservá-los, se eles tinham algo em casa que tivesse um valor especial. Foi pedido que eles desenhasssem e explicassem sobre a história daquele objeto.

B-Objetos de família

Dando continuidade à atividade desenvolvida no Museu, foi pedido aos alunos que escolhessem objetos de família que eles pudessem estar trazendo para a Escola e que se

pudesse contar a história do mesmo, foi feita uma ficha de identificação para cada item e os objetos foram expostos no aniversário da Escola, formando naquele dia um “mini-museu”.



Figura 4. Alguns objetos familiares que constituíram o acervo do “mini-museu”



Figura 5- Nesse momento as professoras percebem que um objeto comum para a sua geração causa espanto aos alunos que já não têm contato com o mesmo.

C-Árvore genealógica

A árvore genealógica foi distribuída para todos os alunos da escola levarem para preencherem juntamente com seus familiares. Nessa atividade, nossa intenção foi coletar informações dos alunos sobre o que sabiam das tradições do passado (culinária, brincadeiras, jogos, religiosidade...), origens étnicas, etc. Tivemos muitas dificuldades para a entrega e também para o cumprimento do prazo estabelecido. Por esse motivo aliados a outros fatores ainda não foi possível a análise dos dados e uma avaliação para desenvolvermos atividades de intervenção relativas à educação patrimonial.

Interagindo...

Através das atividades desenvolvidas os alunos foram desacomodados de sua posição habitual de recebedores de conhecimentos previamente prontos e propuseram uma homenagem à escola na semana de comemoração do aniversário da mesma, numa clara demonstração de mudança de posicionamento em relação à valorização do conhecimento e das atividades que anteriormente haviam participado.

A-Homenageando a escola

Os alunos fotografaram várias atividades desenvolvidas na Escola que eles julgavam importantes e montaram um power point e nas comemorações do aniversário da Escola, durante a exposição do “mini-museu” esses slides foram projetados. É importante mencionar que a partir do momento em que outros alunos assistiam os slides, mesmo os que não haviam participado das atividades de pesquisa, muitos deles reconheceram a existência na escola de atividades que eles julgavam importantes.

B-Visita ao centro histórico- entorno da Praça Coronel Pedro Osório

Finalizando, levamos os alunos a um passeio ao entorno da Praça Coronel Pedro Osório, já que iniciamos o trabalho de educação patrimonial mostrando fotos do centro histórico de Pelotas e identificamos que muitos alunos tinham dificuldades em reconhecer a localização dos prédios e outros tantos não sabiam onde ficava o referido local.

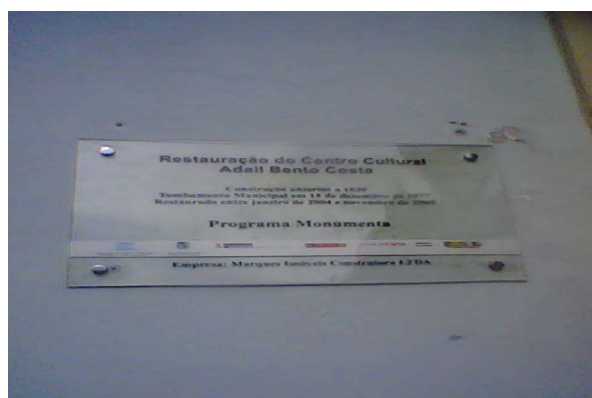


Figura 6 - Casarão 2 da Praça Cel. Pedro Osório⁴

⁴ Embora a visita tenha ocorrido também na Biblioteca Pública, na Prefeitura Municipal de Pelotas e tenha sido avistada e identificada a fachada de outras edificações e também de outros monumentos, só documentamos os casarões 2 e 6;



Figura 7- Vista do segundo piso do casarão 6- frente para a praça Cel. Pedro Osório.



Figura 8- Escada que dá acesso ao casarão 6- rol de entrada

Considerações Finais

Ao tecermos nossas considerações finais, podemos dizer que o trabalho de educação patrimonial se faz necessário em diversos seguimentos sociais, tais como museus, centros comunitários, associações de bairros, órgãos oficiais do Estado em geral, mas principalmente nas instituições de ensino, em especial nas escolas de educação básica, tendo em vista que muitas delas estão localizadas no bairro (em nosso caso na colônia), e que cabe ao grupo de educadores pesquisar as peculiaridades da região como forma de integração da escola com a comunidade a qual pertence.

Dessa forma, os educadores podem repensar sua prática pedagógica e trazer abordagens significativas aos alunos, para que estes entendam a história como uma disciplina viva e dinâmica, relacionando-a com uma forma de estudo importante e prazeroso que possa estar contribuindo na constituição de educandos sujeitos-transformadores de sua realidade.

Para isso nossa reflexão teórica nos trouxe a questão da memória, que é seletiva, uma vez que ela se manifesta ou se oculta através dos conflitos de memória ocasionados pelas

tensões sociais. E, por sua vez, essas manifestações da memória para serem invocadas, muitas vezes, se utilizam do patrimônio representado pelo objeto tangível, mas que traz no seu cerne o sentimento de pertença de um determinado grupo o qual chamamos de patrimônio intangível, e portanto, não podemos trabalhar com esses dois conceitos separados uma vez que o patrimônio imaterial precisa da materialidade para se manifestar.

Finalizando, foi a partir dessas reflexões teóricas que foram pensadas as atividades apresentadas acima, com a intencionalidade de chamar aos alunos a atenção para a importância de suas memórias na construção da identidade de cada um.

Referências

BETEMPS, Leandro Ramos. **Vinhos e doces ao som da Marselhesa**: Um estudo sobre os 120 anos de tradição francesa na Colônia Santo Antonio em Pelotas - RS. Pelotas: UCPEL, 2003.

CANDAU, Joel. **Anthropologie de la mémoire**. France, 1^o édition, 1996.

_____. **Memória e Identidad**. Buenos Aires: Del Sol, 2001:19-45.

_____. Conflits de mémoire: pertinence d'une métaphore? IN: BONNET, Véronique (sous la direction de) **Conflits de mémoire**. Paris: Khartala, 2004.

_____. Mémoire collective et mémoire individuelle fonctionnent-elles selon Le même modèle? **Archives**, 25, avril, 2008.

FERREIRA, Maria Leticia. A Memória Coletiva dos Santos Lugares. **Revista Memória em Rede**. Pelotas, V.1, n^o1, dez.2009/mar. 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996:103-130.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e do cal. IN ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.) **Memória e Patrimônio Ensaio Contemporâneos**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Rio de Janeiro, Vertice, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. A educação Patrimonial- um processo em andamento. **Museu e Educação: conceitos e métodos**. São Paulo: USP Museu de arqueologia e etnologia, 2001.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. IN Pierre Nora (org). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984. Vol.1 La République, 1984.

POLLAK, Michael . Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. **IN** ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.) **Memória e Patrimônio Ensaio Contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SILVA, Maria Abádia da. **Educadores Educandos: Tempos Históricos**. 4ª edição. Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso/Rede Etec-Brasil, 2012.